



Resumo dos Relatórios das Representações CNC

Nº 118, Junho de 2017

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Presidente

Antonio Oliveira Santos

Chefe do Gabinete da Presidência

Lenoura Schmidt

Chefe da Assessoria de Gestão das Representações

Wany Liete Pasquarelli

Equipe

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

José da Silva

Juliane Alves

Mário Júnio

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Design gráfico

Assessoria de Comunicação

Revisão

Alessandra Volkert

Publicação Mensal

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



Veja nesta edição

Representante da CNC analisa 48 projetos para serem apoiados pela Lei Rouanet

Página 8

Fórum Nacional de Educação (FNE) discute a revogação da Portaria MEC nº 577/2017

Página 10

Projeto da Nota Fiscal de Serviços eletrônica pretende trazer melhorias por meio da padronização

Página 11

Empresa de Pesquisa Energética (EPE) assina convênio internacional com o Centro Nacional de Controle de Energia (Cenace) do México

Página 15

Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR) ajusta a proposta de Resolução que define critérios e procedimentos do processo de compostagem orgânica

Página 17

Workshop promove estratégias para uma cooperação bilateral Brasil-Alemanha no campo da Bioeconomia.

Página 20

Pontos de interesse dos empresários discutidos na reunião Comitê Acesso a Mercados do FPMEPP

Página 21

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP), retorna suas atividades com novos Comitês.

Página 22

CNC é eleita para Coordenar o Comitê Investimento, Financiamento e Crédito do FPMEPP

Página 24

É realizado em Brasília o 4º Seminário CNI Pense nas Pequenas Primeiras

Página 26

Comitê Temático Racionalização Legal e Burocrática, cria Grupos de Trabalhos, para debater temas importantíssimos, dentre eles as Reformas: Trabalhista e Previdenciária.

Página 29

Votos aprovados na 158ª Reunião Ordinária do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS).

Página 31

Conselho Nacional de Imigração (CNIg) realiza sua IV Reunião Ordinária no ano de 2017.

Página 33

Instalação do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) com a posse dos representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores.

Página 36

Certificação Digital é debatida nas Negociações entre Mercosul e União Europeia.

Página 37

Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI) debate objetivo estratégico em relação aos Princípios e Direitos Fundamentais no trabalho

Página 39

Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional (FNAP) atuará no Ministério do Trabalho para suspender os convênios de aprendizagem das escolas técnicas privadas.

Página 42

XLII Reunião Ordinária do SGT N° 10 – "Assuntos Laborais, Emprego e Previdência Social"

Página 44

Reunião do Ganemple demonstra preocupação com as condições de trabalho em alguns setores produtivos

Página 48

XXXIX Reunião Ordinária da Comissão Sociolaboral do Mercosul: Regulamento Interno das Seções Nacionais da Comissão Sociolaboral continua em debate.

Página 50

Apresentada minuta de decreto sobre a disponibilidade de assentos para pessoas com deficiência em teatros, cinemas, casas de espetáculo, entre outros.

Página 52

Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT) irá formalizar junto à Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde (CONJUR/MS), propostas para mudanças nos textos do Decreto n° 5.266/2005 e da Portaria n° 479/ MEC, referente aos cursos de saúde na modalidade a distância.

Página 54

Órgão

Ministério da Cultura (MinC)

Representação Efetiva

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)

Representante



2º Suplente

Gilberto Rodrigues Figueiredo

Assessor Técnico em Música

Sesc - Departamento Nacional

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no período de 9 a 11 de maio de 2017

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) é formada pelas bancadas de Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Patrimônio, Humanidades e a bancada do empresariado, que analisa projetos de Artes Integradas e Planos Anuais, cada uma delas formada por três representantes da sociedade civil que exercem os papéis de titular, e 1º e 2º suplentes. Também integram a CNIC as seguintes instituições vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC): Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa e Secretaria do Audiovisual.

A principal atribuição da Comissão é analisar projetos que aspiram à chancela da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), que chegam à CNIC após primeira análise realizada pelas instituições vinculadas ao MinC. Também é sua atribuição, através de debates e proposições, contribuir para o aprimoramento da legislação que baliza o fomento à produção cultural no País.

A reunião teve como pauta a análise de projetos culturais, tendo, a partir das 16 horas do dia 11, a realização da plenária final.

Ao longo da semana, foram analisados pela Comissão 562 projetos, com 527 aprovados e 35 indeferidos.

As deliberações são pautadas nas finalidades e nos objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, ainda no conteúdo da Instrução Normativa 1/2013 do MinC, nas Súmulas da CNIC e em outros documentos relacionados ao tema. Cabe à bancada do empresariado analisar projetos com planos anuais e outros que se caracterizam pela abordagem de mais de uma linguagem artística - Artes Integradas - ou que tratem da conjunção de ações artísticas e educativas, formatos que não se enquadram nas bancadas que lidam com conteúdos específicos, como no caso de Artes Visuais, Audiovisual, Artes Cênicas, Música, Humanidades e Patrimônio.

Sob a responsabilidade de nossa representação, foram analisados 48 projetos, dos quais apresentamos alguns destaques:

Mostra Guaporé 2017 - Expocultural, Pronac 170996, que trata da programação cultural do evento que é realizado na cidade gaúcha de Guaporé, com participação de grupos de artes cênicas e de música instrumental; Música nas Escolas e na Comunidade - 12ª Edição, Pronac 170738, que trata da formação de orquestras jovens em seis cidades localizadas no entorno de Belo Horizonte (MG); Memória e Cultura Caipira Pardinho, Pronac 170478, que trata da realização de uma série de sete festas populares ligadas à cultura caipira na cidade de Pardinho (SP); Balé Jovem de Salvador - 10 anos, Pronac 170734, que trata da realização de oficinas de dança e apresentações públicas realizadas pelo Balé Jovem de Salvador em comemoração aos seus 10 anos de atividade.

Foram apenas seis projetos encaminhados à plenária final, projetos que por sua complexidade e/ou alto custo não cabem receber deliberação monocrática, e também aqueles cuja decisão do comissário contraria a do perito técnico da entidade vinculada responsável pela análise inicial. Um projeto foi encaminhado à plenária por este comissário.

As plenárias são transmitidas ao vivo, em áudio, através de link disponibilizado no site do MinC.

Órgão

Ministério da Educação (MEC)

Representação Efetiva

Fórum Nacional de Educação (FNE)

Representante



Daniele Bernardino Pereira de Sales

Assessora técnica da Gerência de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 17 de maio de 2017

No dia 17 de maio, o Fórum Nacional de Educação (FNE) se reuniu na sede do Sindicato dos Professores, em Belo Horizonte (MG), a fim de discutir quais serão as estratégias adotadas pelos representantes diante do decreto de 27 de abril de 2017 (publicado no DOU de 27/04/2017) e da Portaria 577/2017.

Cabe ressaltar que a portaria mencionada altera a composição do FNE, onde, de acordo com o art. 3º, § 2º, item XXVIII, apenas a Confederação Nacional da Indústria está mantida, ficando a critério desta entidade a indicação de seu suplente.

Ainda no mesmo artigo, no item XXIV, está prevista a "Representação do Sistema S", para a qual poderão ser indicadas as seguintes entidades: Senac, Sesi, Senai e Senar.

Em qualquer das situações, as indicações serão submetidas ao ministro de Estado da Educação que, por meio de ato específico, nomeará o representante a partir de sua escolha.

Encaminhamentos:

Os membros do FNE decidiram que:

1. Será exigida a revogação do decreto de 27 de abril e da Portaria 577/2017, bem como a manutenção da Portaria 1033/2014 que indica a composição antiga do Fórum.
2. As entidades indicadas na Portaria 577/2017 não apresentarão indicações de membros caso não haja revogação.
3. Serão divulgadas junto aos fóruns estaduais, municipais e distritais orientações para as ações relativas à Conae 2018.
4. No dia 7 de junho, o grupo voltará a se reunir para alinhamento das próximas ações.

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação Eventual

Reunião sobre Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)

Representante



Izis Janote Ferreira
Economista
Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião realizada no dia 17 de abril de 2017

A Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e a Receita Federal do Brasil (RFB) realizaram, no último dia 17 de abril, reunião para apresentar o projeto da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Está em construção o projeto para desenvolver e implementar uma solução nacional unificada de NFS-e, semelhante à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), no âmbito das ações do governo federal voltadas à melhoria do ambiente de negócios no País. A intenção é criar e disponibilizar um repositório nacional para as NFS-es. Nesse caso, serão impactadas as empresas prestadoras de serviços e as prefeituras dos mais de 5.500 municípios brasileiros.

Estiveram presentes representantes das seguintes entidades: Abes, Assespro, Abrasce, Fenacon, Ibrei, CNM, ABF, CNS, CNC, Abras, Fenabrave, CBIC, CBST, Fecomércio-SP, Febrac, IDV, Fenainfo e Câmara-e.net.

Segundo a Receita, o projeto pretende trazer melhorias por meio da padronização e das obrigações acessórias, através da disponibilização do repositório nacional para as NFS-es. Será desenvolvido um app para uso remoto do repositório da NFS-e em smartphones, tablets, notebooks, etc.

Segundo o auditor Gustavo Jubé, representante da RFB, o projeto acontecerá por adesão, então os municípios (prefeituras e empresas) deverão paulatinamente implantar o Sistema Nacional da NFS-e. Contempla também a formação de um Comitê Gestor Nacional, que será formado pelas entidades representativas dos segmentos de serviços, além da SCS, do Serpro, bem como da própria Receita. Esse Comitê acompanhará o desenvolvimento do projeto com a futura implantação do ambiente da NFS-e. A Receita e o Serpro estão avaliando a disponibilidade de tecnologia nos municípios, e pretendem aproveitar o que cada um deles já possui. Em breve, serão disponibilizadas as especificações técnicas, bem como o calendário de trabalho.

Existem grandes desafios para a implementação do projeto, em especial, a complexidade da criação de um modelo único nacional de NFS-e, o qual será

baseado na Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS). Isso em razão de que são inúmeras as particularidades dos mais de 5.500 municípios do País, e a necessidade de contemplar as diferentes realidades desses municípios (especialmente no que diz respeito à tecnologia de telecomunicações disponível nos municípios menores).

O piloto da emissão da NFS-e tem data marcada: dezembro de 2017. Nessa fase, serão implantados e testados o repositório nacional (ambiente de recepção e consulta das notas), o emissor público (formulários das notas, on-line e off-line), além do Sefin virtual (autorizador/emissor das notas para posterior envio ao repositório).

Os municípios que participarão dos primeiros testes já foram definidos pela Receita, são eles: Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Marília e Marabá.

Para julho de 2018, estão previstas as implementações do portal de serviços e comunicação, da web service (espaço de gerenciamento das notas pelas empresas), e do portal de softwares (espaço para compartilhamento dos softwares utilizados pelas prefeituras para arrecadação).

A Receita informou que está contemplado no projeto o modelo do Simples Nacional, uma guia única de arrecadação contendo os diferenciais de alíquota e eventuais repasses. Além disso, não haverá mudanças na legislação do ISS, as prefeituras continuarão com autonomia para desenvolver políticas públicas com base nas receitas tributárias do ISS.

Os desafios serão tanto para as Prefeituras quanto para as empresas prestadoras de serviços, uma vez que terão de utilizar a NBS para classificação e enquadramento das operações de venda, o que não é o padrão atual.

Nota Fiscal Eletrônica de Serviços: documentos de arrecadação distintos, a NFS-e assemelha-se à NF-e (documento de arrecadação do ICMS), e será também administrada pelo Confaz/RFB.

OBS.: Em Brasília, já existe a nota fiscal conjugada, porque se trata de uma situação peculiar: O DF não é apenas um município, acumulando o GDF as funções de arrecadar o ICMS e o ISS.

O representante da Receita esclareceu que estão sendo desenvolvidos três modelos de NFS-es: normal, simplificada e parqueamentos/estacionamentos. Este último *layout* específico para serviços de estacionamento dá-se em razão de o segmento possuir alíquotas de ISS distintas por bairro/localidade dentro do mesmo município. Apesar de soar desagradável, isso ocorre em algumas cidades, dentre elas o Distrito Federal e o Rio de Janeiro. As prefeituras praticam assim para, entre outros sentidos, estimular a atividade de empresas do segmento em localidades específicas.

Sobre as empresas optantes do Simples Nacional, em que a alíquota do ISS não é estabelecida, a RFB informou que o orientador do Sefin Nacional será o CNPJ,

então, no ato da emissão da NFS-e, o Sistema reconhecerá que a empresa está enquadrada no Simples e definirá/apresentará a alíquota do ISS.

A Receita Federal está ciente da importância e do impacto do projeto para todo o setor produtivo nacional, e pretende, junto com a SCS, acompanhar e disseminar a agenda de trabalho. As duas instituições entendem que para o desenvolvimento do projeto é de fundamental relevância a participação e a contribuição fornecidas pelas entidades que representam o setor. O uso nacional da NBS é o primeiro passo, um primeiro grande objetivo a ser alcançado com o uso do Sistema da NFS-e.

Abaixo são listados alguns desafios e sugestões identificados pelos participantes no encontro:

Desafios

Apesar de 80% das notas fiscais de serviços serem emitidas nas capitais, é importantíssimo incluir no ambiente de testes os municípios menores, com menos de 50.000 habitantes;

Os softwares utilizados nos municípios deverão estar preparados para as especificidades. Há casos em que a arrecadação do ISS é feita por tipo de serviço e localidade do mesmo, por exemplo, no GDF, na Asa Sul, as empresas de estacionamento de veículos recolhem x por cento de ISS, enquanto, em Sobradinho, as empresas do segmento têm de recolher y por cento;

Problema já reconhecido, alguns itens devem entrar na contabilidade das operações de venda de serviços como receita, mas na realidade são custos, e nesse sentido a empresa precisa recolher ISS sobre um valor base maior/inchado.

Sugestões

A Nota Fiscal de Serviços somente pode ser cancelada em até 24 horas após sua emissão, tempo considerado muito curto pelas empresas. Com o novo projeto nacional, as entidades pleiteiam que esse prazo seja estendido, mas a RFB informou que as prefeituras continuarão com autonomia para dispor sobre o aspecto. Apesar disso, o tema será levado ao Comitê Gestor da NFS-e;

As entidades participantes levantaram a possibilidade de as empresas de Tecnologia da Informação (TI), que já desenvolveram módulos da NF-e para mercadorias, serem acionadas para utilizar o *know-how* que possuem também no desenvolvimento da solução da NFS-e;

Para evitar a bitributação, as empresas necessitam ser isentas de cadastro no município de origem e naquele onde prestará o serviço. Essa prática facilitará as operações das empresas e reduzirá a guerra fiscal, porque eximirá as prestadoras de serviços de efetuarem cadastro nas localidades de origem, destino e tomadora do serviço;

Continuar com a isenção de ISS às empresas exportadoras de serviços;

Orientar melhor os municípios sobre as retenções, por exemplo, de INSS, além de tornar mais eficiente o serviço de atenção aos contribuintes do ISS, que em vários casos precisam constantemente renovar licenças de operação;

NFS-e poderá aproveitar as informações das declarações acessórias de responsabilidade das empresas;

Criação de um Portal NFS-e, com informações úteis, canal de comunicação e contato com os entes envolvidos e ambiente de testes aos usuários.

■ INFRAESTRUTURA

Órgão

Ministério de Minas e Energia (MME)

Representação Efetiva

Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética (Concepe)

Representantes



Titular

Eduardo Cury Guimarães

Coordenador da Câmara Setorial de Materiais de Construção da Fecomércio-PR

(Compareceu)



Suplente

Rosimeire Cecília da Costa

Advogada Pública

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 16 e 17 de maio de 2017

Praticamente a discussão girou em torno das dificuldades da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em desenvolver seus trabalhos devido ao corte de seu orçamento pelo governo federal.

O papel da EPE junto ao atual modelo faz-se necessário para calibrar a regulamentação do setor elétrico e regulamentar os novos setores em ascensão (gás, eólico, fotovoltaico e nuclear).

A EPE está assinando convênios internacionais (com o México, por exemplo) no intuito de trazer novas soluções para o setor, tais como:

GT da Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural: propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Combustível Brasil: estabelecer um conjunto de ações e medidas voltadas para a promoção e a intensificação da livre-iniciativa no mercado brasileiro de combustíveis.

Gás para Crescer: propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás, tendo em vista a redução da participação da Petrobras nesse setor.

RenovaBio: garantir a expansão da produção de biocombustíveis em harmonia com o compromisso brasileiro na COP21 e compatível com o crescimento do mercado.

Aperfeiçoamento do atual modelo do setor elétrico.

Presente na reunião, o presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, comprometeu-se em aproximar as entidades (IBGE e EPE) para trocarem informações no intuito de produzirem levantamentos mais fidedignos com a atual realidade.

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Representação Efetiva

Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR)

Representantes



Titular

Bernardo Rodrigues Souto

Advogado da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis)



1º Suplente

Evandro Américo Costa

*Economista
Divisão Econômica da CNC*

(Compareceu)



2º Suplente

João Vieira de Almeida Neto

Assessor de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 10 e 11 de maio de 2017

A presidente da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR), Zilda Veloso, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), deu as boas-vindas aos membros, em seguida colocou em votação a aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 24ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 4 e 5 de abril de 2017, que foi aprovada por unanimidade.

A Câmara Técnica (CT) também aprovou a inversão de pauta, sendo apreciados os processos na seguinte sequência:

a) Proposta de Resolução Conama que dispõe sobre o uso de queima controlada em incidente de poluição por óleo no mar.

A minuta de proposta de Resolução estabelece os procedimentos que devem ser realizados antes do uso da queima controlada, visando proteger mamíferos marinhos, tartarugas marinhas, pinguins e outras aves, e dar condição de segurança tanto para a equipe envolvida no combate à poluição por óleo quanto para os habitantes de locais adjacentes à área de queima. Também prevê a obrigatoriedade de informar as autoridades para que tomem as precauções cabíveis, bem como as populações que podem ser atingidas pela pluma atmosférica.

O texto define que o poluidor que utiliza a queima controlada deverá realizar um monitoramento contínuo das condições gerais envolvidas na operação, como, por exemplo, das condições climáticas, do deslocamento da mancha de óleo, da qualidade do ar, entre outros. No caso de ausência de cobertura preexistente de monitoramento da qualidade do ar, referente ao MP10 (material particulado fino igual ou inferior a 10 microns), deve ser providenciado o deslocamento de unidade móvel de monitoramento para um local definido a partir dos estudos de dispersão da pluma. Como procedimento de segurança, estabelece que o poluidor deverá ser capaz de interromper a queima controlada, caso haja necessidade.

A regulamentação proposta prevê a obrigatoriedade de que a técnica de queima deva estar prevista no Plano de Emergência Individual (PEI) ou faça parte do Plano de Área (PA) no qual o poluidor estiver inserido, salvo nos casos em que o mesmo não for obrigado a atender esses requisitos, face à natureza específica da sua atividade, como, por exemplo, em navios. A previsão do PEI ou PA assegura, *a priori*, que o poluidor compra uma série de requisitos para a utilização dessa técnica de combate a incidente de poluição, como a capacitação dos operadores, a existência dos equipamentos necessários, e o conhecimento prévio sobre as condicionantes técnicas e de segurança sobre os procedimentos a serem adotados junto às autoridades responsáveis.

Concluindo, a proposta de Resolução permite o uso da queima controlada como resposta a vazamento com petróleo e óleos derivados, e estabelece que só poderá ser utilizada visando ampliar os esforços de proteção ambiental em grandes derramamentos ou nas situações em que a mancha de óleo estiver se deslocando para áreas sensíveis, quando as técnicas de resposta como contenção, recolhimento e dispersão mecânica se mostrarem não efetivas ou insuficientes.

Também estabelece como áreas de restrição para o uso de queima controlada aquelas situadas a menos de três milhas náuticas da linha costeira ou de ilhas, inclusive de unidades de conservação, bem como aquelas situações onde a modelagem da pluma, oriunda da queima, indicar que as áreas povoadas potencialmente atingidas possam estar submetidas a um risco de exposição da população à concentração de MP 10 superior a 150 (cento e cinquenta) microgramas por metro cúbico de ar, considerando a concentração média de 24 (vinte e quatro) horas.

b) Proposta de Resolução Conama que define critérios e procedimentos para a produção de composto proveniente de resíduos sólidos orgânicos.

Trata-se de proposta de Resolução Conama formulada pelo MMA tendo como propósito "definir critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem e do composto produzido a partir de resíduos orgânicos".

Essa proposta já havia sido concluída pela CTQAGR e enviada em 2016 à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (CTAJ), que a devolveu em 2017 com algumas recomendações de alteração. No entanto, a CTQAGR não recebeu as justificativas jurídicas dos motivos alegados, tendo apenas recebido um

comunicado genérico. Tal comunicado redigido pela secretaria executiva do Conama (DConama) está expresso no documento intitulado "Resultados" da 12ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (CTAJ), realizada em 23 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

"A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos deliberou pela devolução da matéria à CT de origem (CTQAGR), com as seguintes recomendações: Devem ser revistos os arts. 1º, 4º e 16 - Indicação de exclusão pela CTAJ; 13 e 15 - Indicação de exclusão de todos os 'Considerando'; 16 - Sugestão de terminar o art. em 'publicação'; ou indicar quais disposições contrárias deverão ser revogadas."

As propostas supramencionadas foram bastante discutidas pelos membros da CTQAGR e aprovadas. Serão encaminhadas para a 13ª Reunião da CTAJ para sua aprovação e, posteriormente, ser encaminhada à Plenária do Conama.

Órgão

Embaixada da República Federal da Alemanha

Representação Eventual

Workshop de Bioeconomia

Representante



Rubens Torres Medrano

Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior

(Compareceu)

Ações

Reunião realizada no dia 13 de maio de 2017

O workshop “Bioeconomia”, promovido pela Embaixada da Alemanha, foi realizado no dia 13 de maio de 2017, no Rio de Janeiro. Estiveram presentes representantes do Ministério de Alimentos e Agricultura da Alemanha, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da organização Planeta Orgânico/Green Rio.

Os temas abordados concentraram-se na agricultura e no desenvolvimento sustentável, com a adoção de práticas que preservam o meio ambiente/proteção do solo e das reservas florestais. A substituição de combustíveis fósseis pela bioenergia, como etanol e biodiesel, destacando-se a preocupação com a segurança alimentar -Food First, e a forma na utilização da terra.

Para essas práticas, os dois países redigiram estratégias para uma cooperação bilateral Brasil-Alemanha.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação Efetiva

Comitê Acesso a Mercados do FPMEPP

Representantes



Titular

Arno Gleisner

Vice-Presidente

Coordenador do Conselho de Comércio

Exterior da Fecomércio-RS



1º Suplente

Rui Lemes

Diretor da Câmara de Relações Internacionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio-PR)

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 16 de maio de 2017

As informações e discussões prestadas ao grupo presente foram bastante esclarecedoras. Nota-se um esforço grande por parte do governo em passar soluções para o mercado. De nossa parte, estamos passando as mais relevantes para nossa rede de empresários e para as pequenas empresas com interesse na internacionalização e pedindo sugestões para as próximas reuniões.

Alguns pontos que anotamos de interesse dos empresários:

Os gargalos na exportação de bens e serviços pelas MPes;

As prioridades no desembaraço aduaneiro;

Desoneração do ICMS nas operações de *drawback*;

Exportações simplificadas - Simples Internacional; e

Capacitações em comércio exterior destinadas às MPes.

Em serviços:

Benefícios concedidos.

Sugestões dadas que ajudarão na entrada de novos empresários:

Se possível, termos uma cartilha pontuando passo a passo como entrar no Comex. Alguns empresários não se sentem à vontade, uma vez que sempre escutam assuntos de burocratização, dificuldades com aduana, e assim por diante; e

Ampliar informações e divulgação no mercado.

Nossa recomendação é continuar participando das reuniões do comitê, pois são temas que devemos levar aos empresários de médio e pequeno porte que nos consultam sobre o Comex.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação Efetiva

Comitê de Formação e Capacitação Empreendedora do FPMEPP

Representantes



Titular

Daniela Jorge Brito

Assessora Técnica da Gerência de Implementação e Integração Educacional do Senac-DN

(Compareceu)



Suplente

Daniela Papelbaum

Gerente de Desenvolvimento Educacional do Senac/DN

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 17 de maio de 2017

Inaugurado em 2010 com ações suspensas em 2013, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP) foi retomado neste ano, 2017, com o objetivo de "divulgar e promover o fortalecimento das micro e pequenas empresas brasileiras". Dessa forma, deverá:

Articular e propor a regulamentação necessária ao cumprimento dos aspectos não tributários do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, bem como acompanhar sua implantação, seus atos e procedimentos decorrentes;

Assessorar e acompanhar a implementação das políticas governamentais de apoio e fomento às MPes;

Promover a articulação e a integração entre os diversos órgãos governamentais e as entidades de apoio e representação da sociedade civil organizada que atuem no segmento de MPes;

Articular e acompanhar o desenvolvimento e a implementação das ações governamentais voltadas para as MPes, inclusive no campo da legislação, propondo atos e medidas necessárias;

Propor ajustes e aperfeiçoamentos necessários à efetiva implantação da política nacional de fortalecimento e desenvolvimento das MPes;

Promover ações que levem à consolidação e à harmonização dos diversos programas de apoio às MPes;

Incentivar e apoiar, sob coordenação da Sempe, a criação dos fóruns regionais das MPes, instituídos e presididos pelos respectivos órgãos do governo estadual que tratam da política para o setor, com a participação das entidades estaduais vinculadas ao segmento.

Estruturado nos seguintes comitês:

1. Racionalização Legal e Burocrática, 2. Acesso a Mercados, 3. Tecnologia e Inovação, 4. Investimento, Financiamento e Crédito, e 5. Formação e Capacitação Empreendedora. O Senac cooperará no quinto comitê, cujo fundamento é” identificar e analisar medidas para ampliar as oportunidades de capacitação para as micro e pequenas empresas, com a perspectiva de disseminação e compartilhamento da informação por meio de redes de relacionamento” para fomentar a competitividade do setor de comércio de bens, serviços e turismo através do atendimento às micro e pequenas empresas.

Foram distribuídos termos de referência para apresentação de propostas de ações, por instituição.

A agenda apresentada prevê reuniões em 5 de julho, 5 de setembro e 8 de novembro deste ano.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação Efetiva

Comitê Investimento, Financiamento e Crédito do FPMEPP

Representantes



Titular

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)



Suplente

Evandro Américo Costa

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 17 de maio de 2017

Cerca de 40 entidades participaram do evento. Dentre os comitês temáticos (CTs), foi a reunião que teve mais presentes. Assim como aconteceu nos outros CTs, logo no começo, foi apresentado o coordenador da parte do governo, Rafael (da Secretaria da Micro e Pequena Empresa), que também atuará no de Acesso a Mercado. Em seguida, houve apresentação das entidades do setor privado que gostariam de se candidatar à coordenação.

Após alguns minutos despendidos em debates, ficou decidido que a CNC fará a coordenação do CT, junto com os bancos privados, representados pela Febraban. A CNC, assim como aconteceu noutros comitês acerca da coordenação não ser algo exclusivo de uma entidade, aceitou que houvesse compartilhamento da coordenação com outras instituições (CNI, Conampe e Comicro).

Muita coisa foi discutida durante a ocasião. Aqui podemos elencar os seguintes assuntos tratados pelas entidades, que na prática eram demandantes para sensibilizar o setor público acerca de iniciativas em diversas áreas financeiras: necessidade de capital de giro; empresa comercial de crédito; linhas de financiamento; crédito coletivo; crédito assistido; fundo de aval; cadastro único; entre outros temas importantes.

As intervenções foram no sentido de se construir o melhor ambiente para as MPes, enquanto a Sempe procurou conduzir as falas dos presentes de forma a permitir que todos fizessem uso da palavra.

O CT Investimento, Financiamento e Crédito foram divididos em quatro grupos de trabalho (GTs) de acordo com a lista de assuntos que foram apresentados:

- i) Capital de risco;
- ii) Dados e informações;
- iii) Regulação e melhores práticas de negócios;
- iv) Capital de giro, recuperação de crédito e investimentos.

As entidades devem indicar representantes para atuarem nestes GTs até o dia 25 de maio. O representante optou por participar de dois: Dados e informações; e Capital de giro, recuperação de crédito e investimentos.

Fora do microfone, a CNI reiterou o convite à CNC para assistirmos ao 4º Seminário Pense Primeiro nas Pequenas, a ser realizado no dia 7 de junho, quarta-feira, do corrente ano.

Na segunda-feira, 22, seguinte à realização do encontro dos CTs, a Sempe disparou para todas as entidades do Fórum Permanente o Anexo II do Regimento Interno para ser preenchido. O documento tem formato de proposta, de projeto, e se destina às contribuições que as entidades devem fazer a fim de que os assuntos sejam debatidos no âmbito do CT e dos GTs.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação Efetiva

Comitê Investimento, Financiamento e Crédito do FPMEPP

Representantes



Titular

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)



Suplente

José da Silva

Assessor

Assessoria de Gestão das Representações da CNC

(Compareceu)

Ações

4º Seminário CNI Pense nas Pequenas Primeiros no dia 07 Junho de 2017

No dia 07 de junho reuniram-se mesa de abertura o secretário da SMPE, José Ricardo Veiga; Amaro Araújo, presidente do Conselho Temático da MPE da CNI; o presidente do Sebrae Nacional, Afif Domingos; e os deputados federais Otávio Leite e Jorginho Melo. Robson Braga, presidente da CNI, deu as boas-vindas, saudando a todos frisando a importância da modernização da indústria brasileira para o setor perpassar os tempos atuais, principalmente as MPE; disse que a indústria trabalha para criar o melhor ambiente para as empresas, sendo que as reformas estruturais são necessárias para posicionar o país no trilho do crescimento sustentado.

Acontecendo a recuperação da economia nessas condições as MPE serão as mais beneficiadas. Mas para isso devem buscar incrementar a produtividade para elevar a competitividade. Neste ambiente estarão as fábricas inteligentes. Há toda uma nova revolução industrial em curso com a indústria 4.0 em evolução permanentemente rápida. Neste quadro as indústrias devem procurar tecnologias específicas para aumentar a competitividade do Brasil. Braga expos suas expectativas positivas com o evento, para que o mesmo gere propostas que alcancem as MPE.

Já o presidente do Copem (Conselho Temático da MPE) da CNI defendeu as instituições do sistema S como vetores do desenvolvimento e tendo uma missão relevante a cumprir. Assim, defendeu políticas públicas para as MPE. Atacou os juros altos. Falou da dificuldade de acesso ao crédito. Quando citou a revolução industrial com a indústria 4.0 disse que o acesso ao crédito é mecanismo fundamental para a inserção das MPE no mercado internacional.

Após a interlocução de todos da mesa, o presidente da CNI assinou convênio com CEF. Através deste convênio as entidades do sistema S da Indústria gozarão de benefícios especiais junto a este agente bancário, tipo linhas particulares, taxas mais competitivas e melhor tratamento da parte dos gerentes da Caixa.

Jose Ricardo da Veiga falou das conquistas com aperfeiçoamentos do PLP 341. Disse também que é importante se pensar num seminário que procura trabalhar primeiro as pequenas empresas em se criar uma economia mais integrada pelas médias e grandes empresas protegendo as MPE, num possível sistema de cadeias produtivas. O setor privado trabalhando integrado com o privado. Todos aproveitando oportunidades.

O presidente do Sebrae Nacional começou argumentando que o momento é transformado para o país enxergar que rumo vai tomar, embora esteja reduzindo a sua velocidade. Se houver mudanças as MPE respondem mais rápido aos estímulos das políticas públicas. Enfatizou que o problema do crédito é estrutural; os ganhos maiores ficam com as médias e grandes empresas, assim como a maior concentração bancária fomenta a concentração industrial. Embora aprovado recentemente, e só entrará em vigência a partir de 2018, Afif provocou ao dizer que era para pensar em novos limites para a classificação das MPE, para que estas possam sobreviver mais. Sobre isto lembrou da conquista com o crescimento tributário na forma de rampa ao invés de saltos abruptos, com a implementação da parcela a deduzir.

Afif tem certeza de que o problema do crédito é estrutural, acompanhando a evolução da concentração do sistema bancário. O resultado é que os bancos são grandes demais para atender as MPE, possuindo uma estrutura pesada com alto custo o qual é repassado na forma das tarifas para as MPE, o que fica caro.

Otávio Leite destacou os dois alicerces para melhorar a situação atual, como os possíveis desdobramentos que podem ser extraídos da Constituição Federal (artigo 179) e o papel de apoio da Frente Parlamentar das MPE no Congresso Nacional a este respeito.

A fala do deputado Jorginho Melo foi complementar à do Otavio Leite, tratando do acesso ao crédito com um elemento importante e estratégico para o negócio. Por isso, deve ser visto com respeito, pois sem recursos não há confiança.

O Banco Central do Brasil mandou dois representantes. O primeiro discorreu sobre os desafios do acesso ao crédito e a atuação do Bacen neste sentido, o de reduzir procedimentos e burocracia, exigindo mais dos grandes bancos. Sobre isto, as inovações tecnológicas vêm para melhorar processos e facilitar a prestação de serviços bancários, com custo menor para os correntistas.

O segundo representante do Bacen abordou o tema da educação financeira vinculado ao da cidadania financeira e à própria inclusão financeira. Por esta ótica evocou o maior acesso da população para ter relacionamento com o sistema bancário, o que não tem sido acompanhado pelo sistema bancário. Apresentou também o plano de fortalecimento da cidadania financeira. Nesta parte da palestra comunicou que nos dias 07 e 08 de novembro deste ano haverá em Vitória o banco estará promovendo um evento sobre educação financeira.

Outro ponto elevado do seminário foi a palestra sobre a reforma trabalhista. Tema envolvente, atual, e muito importante para o destino das empresas e do país, Marlos Augusto Melek, juiz Federal do Trabalho há mais de 10 anos, já proferiu mais de mil sentenças, discorreu a respeito de diversos pontos do que vem por aí em termos de mudanças na lei.

Começou dizendo que serão 209 alterações na CLT. As modificações possuem caráter liberal, uma vez que a nova lei pregará a liberdade, pois irá dar segurança jurídica e poder de negociação entre as partes. Somente por este aspecto a CLT se modernizará. Além disso o volume de ações trabalhistas irá desabar: hoje são aproximadamente 11.900 ações diárias.

Com a modernização da lei o país passa para a vanguarda, deixando o atraso para trás, principalmente tendo segurança jurídica nas negociações coletivas. Melek enfatizou os salários. Os salários passarão a ter novo conceito: ele vai ser combinado entre o patrão e o empregado respeitando o mínimo da convenção. Tudo que for pago a mais será considerado de caráter indenizatório. Assim, haverá alívio nas demissões, que não incorporarão os benefícios que se agregavam ao salário.

Melek também falou um pouco sobre terceirização, teletrabalho, trabalho em tempo parcial e trabalho intermitente. Estes novos institutos vêm para modernizar e flexibilizar as relações de produção de maneira a permitir avanços dos dois lados interessados. Ou seja, vai ser bom e facilitador para quem investe e produz, igualmente para quem necessita de trabalhar e auferir renda de acordo com a intensidade e dedicação ao desempenho da tarefa laboral.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação Efetiva

Comitê Temático Racionalização Legal e Burocrática do FPMEPP

Representantes



Titular

Evandro Américo Costa

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)



Suplente

Antonio Everton Chaves Júnior

Economista

Divisão Econômica da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 16 de maio de 2017

Com a finalidade de discutir propostas para soluções de problemas das microempresas e empresas de pequeno porte, representantes do Comitê Temático - Racionalização Legal e Burocrática reuniram-se na manhã de terça-feira, 16 de maio, na Faculdade da Caixa, no Setor Hoteleiro Sul, em Brasília.

O Comitê é um espaço de debates e de conjugação de esforços, entre órgãos das três esferas de governo e o setor privado, para a elaboração de propostas e ações de políticas públicas orientadas para promover o fortalecimento do micro e pequena empresa e garantir a simplificação de processos e o tratamento diferenciado previsto no Estatuto da Lei Geral das Microempresas.

Durante a reunião, solicitaram informações para auxiliar na desburocratização dos licenciamentos ambientais, tais como: a flexibilidade para aprovação da documentação das atividades de baixo risco por um pequeno período de tempo, já estando o empreendimento em pleno funcionamento; a simplificação e a uniformização dos documentos e formulários solicitados; e a definição de técnicos responsáveis nos órgãos ambientais para dar os esclarecimentos necessários aos empreendedores.

O representante da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe) informou que convidou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para fazer parte deste Comitê, e, que até a presente data, não obteve confirmação.

Dentre os destaques da reunião, houve manifestação sobre a inadimplência do Microempreendedor Individual (MEI), reformas trabalhistas, fiscalização, legislação e Judiciário.

Por esse motivo exposto, o Comitê criou quatro grupos de trabalho, a saber:

- a) Grupo I - Reformas: Trabalhista e Previdenciária;
- b) Grupo II - Fiscalização e Licenciamento - Vigilância Sanitária; Meio Ambiente e Bombeiro;
- c) Grupo III - Legislação - Leis; Decretos e Normas de Regulamentação (NR); e
- d) Grupo IV - Judiciário - Tratamento Diferenciado.

Em relação ao Grupo I, o Comitê decidiu que suas atividades serão realizadas após aprovação das reformas trabalhistas e previdenciária do governo federal, caso haja.

Houve eleições para definir os coordenadores do Comitê Temático – Racionalização Legal e Burocrática, para o setor privado e público. Foram eleitos Ercílio (Conape), para o setor privado, e Lucélia V. Mota (Sempe), para o setor público.

Por fim, foi agendada a próxima reunião na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para o dia 4 de julho, onde haverá eleições para definir os coordenadores dos quatro grupos acima citados.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho

Representação Efetiva

Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS)

Representantes



Titular

Abelardo Campoy Diaz

Consultor da Vice-Presidência de Habitação Econômica do Secovi-SP

(Compareceu)



Suplente

Cláudio Elias Conz

Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 17 de maio de 2017

1. Resumo da participação na 158ª Reunião Ordinária do CCFGTS:

Assuntos deliberados:

a) Voto nº 13/2017/SECCFGTS - Propõe alterar a Resolução nº 794, de 2015, que aprova a composição do Comitê de Investimento do FI-FGTS.

Aprovado.

b) Voto nº 14/2017/SECCFGTS - Propõe alterar a Resolução nº 515, de 2006, que trata das informações gerenciais a serem fornecidas ao Conselho Curador do FGTS pelo Gestor da Aplicação, pelo Agente Operador do FGTS, pela PGFN, pela SIT e pela Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

Aprovado.

c) Voto nº 15/2017/MF - Propõe a suplementação de recursos financeiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para o exercício de 2017, destinados ao pagamento das despesas com inscrição em dívida ativa, cobrança judicial, controle e acompanhamento dos créditos pertencentes ao FGTS.

Aprovado.

d) Voto nº 16/2017/MCidades - Propõe a reformulação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico, para o exercício de 2017, e do orçamento plurianual de aplicação, para o período 2018-2020, do FGTS.

Aprovado.

e) Voto nº 17/2017/MCidades - Propõe a reformulação do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte).

Aprovado.

f) Voto nº 18/2017/MCidades - Propõe convalidar os atos praticados pelo Agente Operador, Caixa Econômica Federal, relativos à alocação e execução do Orçamento Operacional do FGTS, exercício de 2016, na forma em que especifica, e dá outras providências.

Aprovado.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

Representação Efetiva

Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

Representantes



Titular

Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto
Chefe de Assessoria junto ao Poder Executivo da CNC

(Compareceu)



Suplente

Roberto Luis Lopes Nogueira
Advogado da Divisão Sindical da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 9 de maio de 2017

A IV Reunião do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) de 2017 foi presidida por Hugo Medeiros Gallo da Silva, presidente do CNIg, e contou com a presença do secretário executivo do Ministério do Trabalho (MTb), Antônio Correia de Almeida, representando o ministro Ronaldo Nogueira, a convite do CNIg, na instalação do Grupo de Trabalho instituído pelo ministro do Trabalho, por meio da Portaria 642, de 4 de março de 2017.

"(...) Considerando que compete ao Conselho Nacional de Imigração opinar sobre alteração de legislação relativa à imigração, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho para propor minuta de Decreto com finalidade de subsidiar a Presidência da República na regulamentação de disposições do PL que institui a lei de migração que versem sobre assunto que constitui área de competência deste Ministério.

Art. 2º Serão partes integrantes do Grupo de Trabalho de que trata esta portaria, na condição de membros, os conselheiros representantes das Pastas Ministeriais, Centrais Sindicais, Confederações Patronais, e Representante da Comunidade Científica e Tecnológica, que compõem o Conselho Nacional de Imigração, Órgão específico integrante da estrutura básica deste Ministério."

Passou-se à aprovação da agenda provisória. Oportunamente, a conselheira representante da CNC no CNIg, Marjolaine do Canto, solicitou a retirada de pauta do item 4, que trata da "alteração da Resolução Normativa (RN) nº 69/2006", em atendimento ao pleito do presidente do Sindicato Nacional de Empresas de Agenciamento e de Produção de Eventos Artísticos Musicais e

Similares (Sinaprem), Claudionor Costa, movida por seu desacordo nas alterações que seriam realizadas na referida RN:

"Art. 1º O artigo 2º da Resolução Normativa nº 69, de 7 de março de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

VI - Comprovante do pagamento pelo contratante da taxa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em nome da Ordem dos Músicos do Brasil e do sindicato local, em partes iguais, ou no caso de contrato celebrado com base em percentagens de bilheteria, mediante compromisso de que o recolhimento previsto será feito imediatamente após o término de cada espetáculo, conforme dispõe o art. 53 da Lei nº 3857/1960.

Parágrafo único. A Contratante assume total responsabilidade quanto ao recolhimento de taxa em favor do sindicato local, não cabendo à Coordenação Geral de Imigração examinar a legitimidade da entidade sindical beneficiária da referida taxa."

Em seguida, o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Odilon dos Santos Braga, contestou a solicitação de retirada de pauta do item 4, proposta pela conselheira Marjolaine do Canto, porém a solicitação da conselheira foi acatada pelo presidente do CNIg e maioria.

Finalizando, Hugo Gallo aprovou ata da II Reunião Ordinária do CNIg e demais itens da agenda provisória, dando início aos relatos dos Grupos de Trabalho.

Análises dos novos fluxos migratórios ao Brasil:

O Grupo de Trabalho (GT) relatou o aumento considerável no fluxo de venezuelanos indígenas da etnia Warau. Até o presente momento, foram contabilizados 318 índios na região de Manaus e entre cerca de 150 a 160 em Roraima, e foi informado que a identificação desses indígenas é bastante complexa, visto que a prefeitura não tem conseguido administrar sozinha todo esse trabalho.

É oportuno citar que há uma intenção do governo de se implementar um plano de segurança pública para Manaus e Rondônia, em conjunto com o Ministério da Defesa (MD), o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), o Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para atuação frente ao aumento do fluxo migratório de venezuelanos.

Ainda, na presente reunião, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) comunicou que está abrindo um escritório em Boa Vista.

Em seguida, o representante do Ministério Público Federal, João Akira, informou que há um entendimento por parte da Polícia Federal (PF) de que essa imigração venezuelana ocorra por curto período, apesar disso já se pensa na elaboração de um seminário envolvendo o CNIg e diversos atores governamentais, cuja finalidade seja elaborar um plano de trabalho para conhecer esse fluxo migratório e a realidade indígena, e assim propor ao governo uma ação efetiva.

Após os relatos, o presidente do CNIg, Hugo Gallo, comunicou sua participação em reunião realizada na Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da

República, com a presença de diversas autoridades governamentais, para abordar os fluxos migratórios de venezuelanos no Brasil, onde foram estabelecidos os pontos a seguir:

1. A articulação política entre os governos de Roraima e Manaus, para estabelecer e garantir a harmonia entre estado e município;
2. A articulação entre o Ministério da Integração Nacional (MI) e o MDSA, de maneira a buscar um fundo para o abrigamento de imigrantes;
3. O Ministério da Defesa (MD) providenciará uma estrutura para abrigar os venezuelanos localizados em Pacaraima;
4. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) mobilizará aproximadamente R\$ 950 mil para atender os indígenas venezuelanos, para isso o secretário executivo da Casa Civil, Daniel Sigelmann, vai entrar em entendimento com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) sobre esse numerário;
5. A articulação junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República no sentido de formular uma campanha de sensibilização e informação contra a xenofobia, a fim de minimizar o preconceito e a intolerância a imigrantes;
6. O Ministério da Justiça (MJ) inserirá no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (Sidof) a proposta de medida provisória para a diminuição das taxas migratórias, que será assunto no Plano Nacional de Segurança Pública, previsto para o mês de junho;
7. O Ministério dos Direitos Humanos (MDH) irá propor uma agenda de convergência, uma vez que, na verdade, são os protocolos nacionais e internacionais que afetam os direitos humanos.

Fórum de Participação Social (FPS):

O CNIg aprovou até o momento as propostas apresentadas pelo Eixo II, que tratam da atualização da política nacional de migração e proteção dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, referentes ao I Diálogo de Participação Social, que já será liberado para publicação no diálogo virtual. (A íntegra das propostas aprovadas encontra-se disponível para consulta na Assessoria junto ao Poder Executivo – APEX.)

Em seguida, passou-se para assuntos diversos.

Assuntos diversos:

Apresentação do programa do governo de Minas Gerais: Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development (Seed)

O programa do governo de Minas Gerais, Seed, voltou a ser apresentado no CNIg, solicitando a autorização para a vinda de estrangeiros para o programa de startup mineiro, à semelhança do que já foi autorizado pelo CNIg anteriormente.

Processos a serem relatados:

Foi deferido e aprovado pelo CNIg o processo nº 46094.000002.2017-5, a cargo da conselheira representante da CNC.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho

Representação Efetiva

Conselho Nacional do Trabalho (CNT)

Representantes



Titular

Ivo Dall'Acqua Júnior

Diretor Suplente da CNC

(Compareceu)



Suplente

Edgar Segato Neto

Suplente da Diretoria da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 1º de junho de 2017

Em 1º de junho, na sala de reuniões do nono andar do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em ato presidido pelo ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira de Oliveira, ocorreu a instalação do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), com a posse dos representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores.

A cerimônia foi aberta com a fala do secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda, tendo tido também uma saudação do representante da OIT, Peter Porsche.

Pela bancada dos empregados, manifestou-se Valeir Ertle, representante da CUT.

Pela delegação da bancada dos empregadores, a manifestação coube à CNC, por mim representada, realçando a importância da instalação e a disposição de encaminhar e discutir as questões de interesse dos atores sociais desse segmento.

Coube ao ministro a palavra de encerramento, pontuando o simbolismo da ocorrência, ressaltando ser o Conselho o foro apropriado para a sedimentação do novo ambiente a ser construído no âmbito das relações do trabalho.

Como único ato resolutivo, foi definida a data de 6 de julho próximo para a primeira reunião de trabalho, sendo que caberá ao MTE enviar a todos os conselheiros a minuta do regimento a ser discutido e implementado.

■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Representação Efetiva

Coalizão Empresarial Brasileira (CEB)

Representantes



Representante

Rubens Torres Medrano

Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior

(Compareceu)



Suplente

Izis Janote Ferreira

*Economista
Divisão Econômica da CNC*



Suplente

Juliana Xavier Serapio da Silva

*Economista
Divisão Econômica da CNC*

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 11 de maio de 2017

O tema principal deste evento foi a certificação digital ou as autocertificações nas negociações entre Mercosul e União Europeia (UE).

Após uma detalhada exposição por parte da representante de Serviços de Internacionalização da Confederação Nacional da Indústria (CNI), onde expôs as diversas modalidades de certificações de origem praticadas mundialmente, abriu-se as discussões sobre qual o modelo a ser praticado futuramente no Brasil *vis-à-vis* negociações UE/Mercosul.

Entidades representativas de diversos setores exportadores industriais ponderaram que o Certificado de Origem emitido pelas entidades credenciadas representa um custo adicional além da burocracia exigida e são favoráveis à autocertificação.

Na Europa, mais de 90% das empresas exportadoras estão credenciadas à condição de autocertificação.

Devido à complexidade da matéria, a CNI se propôs a contatar as autoridades congêneres do México e da Coreia do Sul para conseguir maiores subsídios sobre o funcionamento da autocertificação nos acordos desses países com a UE.

Devido ao Brasil ser signatário de acordo na Aladi, no qual vigora o modelo de certificação por entidade habilitada, caso venha a adotar no acordo com a UE o modelo de autocertificação, os dois modelos prevalecerão no nosso país.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Ministério do Trabalho

Representação Efetiva

Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI)

Representantes



Titular

Darci Piana

Vice-Presidente Administrativo da CNC



Suplente

Roberto Luis Lopes Nogueira

Advogado da Divisão Sindical da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 23 de maio de 2017

Ney Canani, do GM, coordenou os trabalhos após explicar que o ministro do Trabalho compareceria no final da tarde. Iniciou a reunião nos termos da pauta previamente distribuída para os representantes da CTRI.

Esclareceu que, diferente do que ocorreu nos anos anteriores, não houve tempo hábil para a formação de Grupo de Trabalho para analisar os relatórios sobre os temas da próxima Conferência da OIT, uma vez que os mesmos foram divulgados tardiamente, motivo pelo qual seriam apresentados na reunião de forma resumida.

A seguir foram abordados os principais pontos sobre os temas da 106^a Conferência da OIT, a ser realizada de 5 a 16 de junho de 2017.

1. Informe sobre a Comissão de Aplicação de Normas.

Dominique Matos, da Assessoria Internacional do MTb, informou que, na Comissão de Aplicação de Normas (CAN), trabalhadores e empregadores elegem, em consenso, países que prestarão informações à CAN sobre alguma convenção ratificada e que não venha sendo cumprida pelo estado que a ratificou. Ao final, elaboram-se conclusões para cada país examinado. Há uma lista preliminar de 40 casos e, desses, apenas 24 serão escolhidos para análise. O Brasil figura na lista, em 10^o lugar, em função de denúncia por suposto descumprimento da Convenção n^o 98, sobre Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva, motivada por conta da reforma trabalhista em trâmite no Congresso Nacional. A previsão é de que no segundo dia da conferência seja divulgada a lista dos casos que serão objeto de análise.

2. Informe sobre a Comissão de Migração Laboral.

Luiz Alberto Matos dos Santos, coordenador do Conselho Nacional de Imigração, lembrou que será feita uma discussão geral sobre migração laboral, com recorte especial na governança da migração em níveis nacional, bilateral, regional e inter-regional e na contratação equitativa. O relatório da OIT está estruturado em seis capítulos: Tendências Mundiais e Regionais da Migração Laboral - apresenta um resumo das principais tendências mundiais e regionais relativas à migração laboral; Desafios da Governança da Migração Laboral - Enfatiza os problemas fundamentais da governança da migração laboral, destaca a vinculação entre redução de déficit de trabalho decente e custos da migração laboral, a criação de instituições fortes e funcionais do mercado de trabalho e o fortalecimento da cooperação internacional; Acordos Bilaterais sobre Migração Laboral - Examina a forma que esses acordos podem contribuir para uma melhor governança da migração laboral, incluída a contratação equitativa; Migração e Mobilidade Regional da Mão de Obra - Enfoca os desafios de se facilitar a migração e a mobilidade de mão de obra nos planos sub-regional e regional, em especial nas comunidades econômicas regionais da África, dos Estados árabes, da Ásia e do Pacífico e da América Latina, assim como a cooperação inter-regional; Contratação Equitativa - Faz referência especial aos princípios gerais e às diretrizes práticas da OIT para uma contratação equitativa, com o compromisso de redução de custos da migração laboral e de aplicação da equidade na contratação; e Conclusões e o Caminho a Seguir - Examina o caminho a seguir e propõe alguns pontos de discussão.

3. Informe sobre a Comissão de Emprego e Trabalho Decente para a Paz e Resiliência: Revisão da recomendação sobre a organização do emprego (transição da guerra para a paz), de 1944, núm. 71 (elaboração de normas, segunda discussão no marco do procedimento de dupla discussão).

Apresentado por Glenda Corrêa, analista de Políticas Sociais, que falou a respeito da recomendação sobre a organização do emprego (transição da guerra para a paz) adotada durante a 26ª Conferência da OIT, em 1944, objetivando garantir a mais rápida reintegração e a distribuição de empregos apropriados para todas as pessoas que desejassem trabalhar, com olhar especial para repatriados, prisioneiros de guerra, mulheres e jovens afetados pelo período de guerra.

Os trabalhos foram suspensos com a chegada do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que agradeceu a presença de todos os representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo. Ressaltou a importância dos trabalhos da CTRI, o protagonismo do Brasil nas deliberações dos países-membros da OIT e pediu uma pauta consensual da delegação brasileira para a conferência, exatamente por confiar na capacidade de entendimento do brasileiro. Em seguida, fez um apelo pessoal no sentido de que a delegação procurasse preservar a imagem do Brasil na conferência, não obstante os contratempos políticos e sociais pelos quais atravessa o País. Ressaltou que o Brasil é signatário de 87 (oitenta e sete) convenções da OIT, ao contrário de outros países desenvolvidos que não referendaram sequer 20% (vinte por cento) das mesmas, e, em que pese a posição política de cada governo, há que se reconhecer os avanços sociais e econômicos até aqui conquistados, fatos que

demonstram os avanços, independentemente da linha política que ocupou o poder ao longo desses vinte últimos anos. Aproveitou para informar que o Conselho Nacional de Relações do Trabalho, órgão que auxiliará no aprimoramento e nas discussões de grandes temas trabalhistas, será instalado no dia 1º/06/2017, às 11 horas.

Após a fala ministro, cada integrante da comissão se apresentou e teceu breves considerações acerca da fala ministerial. A bancada dos empregadores foi uníssona em manifestar apoio ao pedido feito pelo ministro, deixando claro que respeita o tripartismo, a discussão dos temas pelos atores sociais, ainda que ocorram divergências ideológicas, pois somente com a discussão sadia e dentro da normalidade técnica é que se consegue estabelecer mudanças para o aperfeiçoamento das relações de trabalho.

A bancada dos empregados ressaltou, pedindo desculpas ao ministro, que não poderá deixar de discutir questões políticas, assim como o descumprimento do diálogo social, pelo Brasil, por conta do avanço da reforma trabalhista no Congresso Nacional que praticamente retira a dignidade humana do trabalhador brasileiro, sendo a OIT o foro competente para esse tipo de discussão. Ressaltou-se que, por conta dessa situação, o Brasil foi denunciado para a Comissão de Aplicação de Normas da OIT por afrontar a Convenção nº 98 da mesma.

Após a saída do ministro, retomaram-se os trabalhos, abordando-se o último tema da pauta relativo ao informe sobre a comissão de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho:

4. Desafios e Oportunidades. Discussão recorrente sobre o objetivo estratégico em relação aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, sob o prisma da declaração da OIT no tocante à justiça social para uma globalização equitativa, 2008.

O relatório, apresentado por Eva Patrícia Gonçalo Pires, diretora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho, destacou os objetivos estratégicos: promover o emprego; desenvolver e incrementar a proteção social; e promover o diálogo social e respeitar, promover e compreender os princípios e direitos fundamentais do trabalho.

Após as considerações finais de cada um, a reunião foi encerrada.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Representação Efetiva

Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu)

Representantes



1º Titular

Antonio Oliveira Santos
Presidente da CNC



2º Titular

Ernane Galvêas
Consultor Econômico da Presidência da CNC



3º Titular

Rubens Torres Medrano
Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 10 de maio de 2017

A reunião de abertura teve a participação do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, representantes do MDIC, do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e da CNI.

Foram apresentados os andamentos dos diferentes grupos de trabalho, como a parceria em comércio/padronizações/inoações e propriedade intelectual, além da cooperação APEX-Brasil/Select USA.

O mercado americano atualmente é o principal destino para as exportações de manufaturados brasileiros, onde se observa em 2017 um incremento da corrente de comércio entre os dois países.

Também se constata que os Estados Unidos são o principal mercado para investimentos brasileiros no exterior.

Observa-se um progresso nos trabalhos dos Grupos de Trabalho, fruto do bom entendimento entre o poder público e a iniciativa privada de ambos os países.

Em termos de parceria em comércio, tem se verificado esforços no sentido de se atingir uma convergência regulatória com a redução de barreiras não tarifárias

setoriais, com a uniformização e a aceitação de testes efetuados nos países, tanto de origem como de destino.

Em agosto de 2017, esperam eleger os possíveis setores para início dessa parceria.

Também no âmbito de facilitação de comércio dentro do acordo assinado na OMC, no sentido de eliminar a burocracia e os custos, cogita-se as certificações tanto técnicas fitossanitárias como de origem por via eletrônica, eliminando-se a documentação em papel.

Através dos comitês nacionais de facilitação de comércio, como o Comfac, esperam capacitar e promover a participação da pequena e média empresa dentro do comércio internacional.

Nas padronizações de métodos, existe um perfeito entendimento entre o Inmetro e a NIST dos Estados Unidos.

Nas áreas de inovação e propriedade industrial, houve avanços nos entendimentos, principalmente pelos esforços desenvolvidos pelo Inpi na decisão dos processos de registro de patentes.

Na área de investimentos e promoção comercial, existe um perfeito entendimento entre a APEX-Brasil e a Select USA. Deverão ser realizados eventos em Miami em maio e em Washington em junho.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Representação Efetiva

Comissão Temática I - Relações Trabalhistas

Representante



Titular

Lidiane Duarte Nogueira

Advogada

Divisão Sindical da CNC

(Compareceu)



Suplente

Alain Alpin Mac Gregor

Advogado

Divisão Sindical da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 10 de maio de 2017

No dia 10 de maio, na cidade de Buenos Aires, foi realizada a XLII Reunião Ordinária do SGT N° 10 – "Assuntos Laborais, Emprego e Previdência Social", com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

Nesta reunião foram debatidos os seguintes temas:

1. Plano Regional de Inspeção do Trabalho

O SGT 10 recebeu o informe da reunião da Comissão Operativa Coordenadora do Plano Regional de Inspeção do Trabalho, realizada em Buenos Aires, no dia 8 de maio de 2017.

Após debates, os membros do Subgrupo decidiram aprovar e submeter à apreciação do Grupo Mercado Comum (GMC) o Projeto de Resolução N° 01/17 "Diretrizes para Inspeção do Trabalho sobre Jornada Laboral de Motoristas no Transporte Rodoviário Internacional".

2. Plano Regional de Saúde e Seguridade Social

O SGT 10 recebeu o informe da primeira reunião da Equipe Técnica de Saúde e Seguridade Social para dar cumprimento à Resolução GMC N° 04/15, que aprova o plano regional sobre a matéria. Os membros do Subgrupo decidiram aprovar a proposta de atividades e o cronograma definidos pela Equipe Técnica.

O Subgrupo também acolheu o pedido da Equipe para apoiar os pontos focais de cada Estado Parte na realização dos trabalhos acordados e destacou a importância

de articular o trabalho desta comissão com as iniciativas do Subgrupo de Trabalho N° 6 – "Meio Ambiente".

3. Plano Regional para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

No ponto, o Subgrupo tomou conhecimento e aprovou os compromissos que figuram na Ata da Reunião da Unidade Executora do Plano Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Nesse sentido, foi manifestada a necessidade de se trabalhar na elaboração de um compromisso firmado pelo Bloco Mercosul, de caráter tripartite para apresentação na IV Conferência Global sobre o tema, que será realizada no final deste ano, na cidade de Buenos Aires.

A delegação do Uruguai afirmou estar de acordo em submeter o Projeto de Recomendação sobre Trabalho Infantil no Âmbito Desportivo, discutido durante a última reunião do SGT N° 10, realizada no Uruguai, em junho de 2016.

Assim, restou acordado pelo SGT N° 10 aprovar e submeter ao GMC a aprovação pelo Conselho de Mercado Comum (CMC) dos seguintes projetos de recomendação:

Projeto de Recomendação CMC N° 01/17: Recomendação Mercosul sobre Trabalho Infantil no Âmbito Desportivo;

Projeto de Recomendação CMC N° 02/17: Recomendação Mercosul sobre Educação e Trabalho Infantil.

4. Plano para Facilitação da Circulação dos Trabalhadores (Resolução GMC N° 21/15)

4.1. Formação profissional

O SGT 10 recebeu o informe da reunião da Equipe Técnica de Formação Profissional, realizada na cidade de Buenos Aires, no dia 8 de maio de 2017, e aprovou as ações especificadas nos itens 3 (análise de propostas para implementação de mecanismos de homologação de competências/perfis ocupacionais nos setores de construção civil e turismo) e 4 (futuras ações e acordos de trabalho).

Em relação ao que foi expresso no ponto 2 (situação dos compromissos assumidos acerca do Observatório de Mercado de Trabalho do Mercosul), o SGT N° 10 acordou efetuar consulta ao GMC sobre a atual situação da solicitação de prestação de serviços de consultoria realizada pelo Uruguai, em dezembro de 2016, para estudo dos perfis prioritários nos setores de construção civil e turismo, cujo financiamento deve ser conduzido pelo alto representante-geral do Mercosul.

4.2. Serviços públicos de emprego

O SGT N° 10 recebeu o informe sobre os resultados da XI Reunião da Equipe Técnica Serviços Públicos de Emprego, realizada na cidade de Buenos Aires, em 8 de maio de 2017, e aprovou as atividades acordadas.

Os membros do Subgrupo afirmaram que esta comissão não deve perder de vista o objetivo final deste trabalho, no referente à coordenação dos serviços públicos de emprego, que é facilitar a circulação de trabalhadores na região.

4.3. Informação sobre o trabalhador migrante

A PPTA apresentou o projeto da publicação "Trabalhar na Argentina" que, em breve, será divulgada. Esse documento objetiva informar os procedimentos de imigração e os principais direitos dos trabalhadores dos Estados Partes e Associados do Mercosul que pretendem trabalhar ou já trabalham na Argentina.

As delegações destacaram a relevância do trabalho desenvolvido pela Argentina e se comprometeram a promover a edição de publicações similares, em cumprimento à Resolução GMC Nº 21/15, que dispõe sobre a aprovação do plano regional.

5. Avaliação e Reformulação do Plano Estratégico de Ação Social (Peas)

As delegações teceram comentários sobre o trabalho elaborado pela consultoria contratada pelo Instituto Social do Mercosul em 2016. No ponto, o representante governamental da Argentina afirmou ter encontrado várias inconsistências no documento, destacando algumas delas.

O documento consolidado, com a avaliação final, ainda não foi concluído, aguardando as contribuições dos órgãos sociolaborais.

Quanto ao projeto de reformulação do plano, que está sendo conduzido pelo Instituto Social do Mercosul e pelo Grupo Técnico da Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social, o tema permanece em discussão, aguardando os insumos necessários para análise pelo Subgrupo.

6. Observatório do Mercado de Trabalho

A representante do Observatório fez um breve relato do trabalho realizado pelo grupo durante a reunião realizada em 9 de maio de 2017.

Após debates, os membros do SGT 10 se comprometeram a desenvolver um relatório sobre a Conjuntura Laboral de 2016 para apresentação na próxima Reunião Ordinária do Observatório.

7. Cartilha de Previdência Social

O representante governamental brasileiro se comprometeu a circular para os demais países, nos próximos 15 dias, a versão final da Cartilha de Previdência Social do Mercosul.

A delegação do Paraguai ressaltou que enviará suas sugestões ao Brasil, no prazo de 30 dias.

8. Proposta para Elaboração de um Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Forçado e do Tráfico de Pessoas com Objetivo de Exploração Laboral

O representante governamental da Argentina apresentou uma minuta do documento e solicitou contribuições dos Estados Partes para o desenvolvimento de um plano regional sobre o assunto.

As delegações se comprometeram a nomear seus técnicos para trabalhar no documento e apresentar comentários à PPTA antes de 30 de junho.

9. Assuntos Gerais

9.1. Participação do SGT 10 em outros fóruns

Considerando o disposto no item 4, o SGT 10 acordou solicitar ao GMC que a Equipe de Formação Técnica participe da próxima reunião do SGT 14 – “Integração Produtiva”, com vistas a obter informações sobre a dinâmica dos setores produtivos da construção civil e do turismo.

As delegações decidiram ainda solicitar ao GMC que o SGT 10 seja incluído como órgão de consulta do SGT 14 – “Integração Produtiva” e do SGT 18 – “Integração Fronteiriça”, uma vez que os principais aspectos relacionados a esses temas envolvem questões laborais, haja vista o plano para facilitar a circulação de trabalhadores no Mercosul (Resolução GMC Nº 21/15).

Por fim, solicitam também que o SGT 10 seja incluído como órgão de consulta do SGT 6 – “Meio Ambiente” (item 2) e outros fóruns que abordem questões trabalhistas.

9.2. Estrutura interna do SGT 10

Tendo em conta a Decisão CMC 24/14, que em seu artigo 8º trata dos subgrupos de trabalho, das reuniões especializadas e dos grupos *ad hoc* que poderão contar com uma estrutura interna própria, os membros do SGT 10 resolvem consignar que os seguintes fóruns integram a estrutura deste Subgrupo: a Unidade Executora do Plano Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; a Comissão de Equipe Técnica de Formação Profissional; a Comissão de Equipe Técnica de Serviços Públicos de Emprego; a Comissão Operativa Coordenadora do Plano Regional de Inspeção do Trabalho do Mercosul; e a Comissão de Equipe Técnica de Saúde e Segurança no Trabalho.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Representação Efetiva

Grupo de Alto Nível para Estratégia Mercosul de Emprego

Representantes



Titular

Lidiane Duarte Nogueira

Advogada

Divisão Sindical da CNC

(Compareceu)



Suplente

Alain Alpin Mac Gregor

Advogado

Divisão Sindical da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 11 de maio de 2017

Foi realizada na cidade de Buenos Aires, na Argentina, a XXIII Reunião do Grupo de Alto Nível de Emprego (Ganemple), com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

Nesta reunião foram tratados os seguintes temas:

1. Matriz de Políticas Públicas de Emprego

O representante governamental do Brasil fez um breve relato sobre a atual situação de emprego no País e as políticas nacionais que vêm sendo adotadas com vistas ao fomento da economia, com a retomada do crescimento econômico e o aumento do número de postos de trabalho.

O representante governamental da delegação argentina, por sua vez, prestou esclarecimentos sobre os dados constantes da matriz por eles apresentada, contendo os dados de emprego no país.

Com vistas à finalização dos trabalhos e à consolidação da referida matriz pela próxima Presidência *Pro Tempore*, restou acordado que as delegações deverão encaminhar, cada uma, a sua matriz atualizada para a coordenação nacional brasileira até o dia 30 de junho.

A delegação governamental do Brasil se comprometeu a consolidar as informações encaminhadas e, posteriormente, proceder à divulgação deste documento para as demais delegações até o dia 31 de julho, para sua apreciação na próxima reunião do Grupo, sob a Presidência *Pro Tempore* Brasileira (PPTB).

2. Articulação com o Subgrupo de Trabalho N° 14 – “Integração Produtiva”

Após debates, os membros do Ganemple consideraram ser necessário solicitar uma reunião conjunta com o SGT N° 14 – "Integração Produtiva" nos termos da Decisão CMC N° 24/14, anexo II – "Tarefas Conjuntas entre os Órgãos da Estrutura Institucional do Mercosul".

3. Assuntos Gerais

Por fim, o representante dos trabalhadores do Uruguai demonstrou preocupação com as condições de trabalho em alguns setores produtivos, notadamente em relação às indústrias automobilísticas e ao processo de produção adotado pelas confecções no Paraguai.

■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Órgão

Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Representação Efetiva

Comissão Sociolaboral do Mercosul (CSL)

Representante



Titular

Lidiane Duarte Nogueira

Advogada

Divisão Sindical da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 11 de maio de 2017

Foi realizada na cidade de Buenos Aires, na Argentina, a XXXIX Reunião Ordinária da Comissão Sociolaboral do Mercosul, com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

A reunião contou com o *quorum* regulamentar da Comissão: empregadores, trabalhadores e governos.

No ponto, a representação dos trabalhadores da Argentina registrou a ausência das delegações sindicais do Brasil e do Paraguai. O representante dos trabalhadores do Uruguai, por sua vez, fez constar a ausência dos representantes dos empregadores do Uruguai e do Paraguai.

Nesta reunião foram abordados os seguintes temas:

1. Aprovação do Regulamento Interno da CSL

A delegação do Uruguai esclareceu estar de acordo com a proposta de submeter à apreciação e à aprovação do Grupo de Mercado Comum (GMC) os projetos de resolução elaborados durante a XXXVIII Reunião da Comissão, aprovando o Regulamento Interno da Comissão (Comissões Nacionais e Comissão Regional).

Após debates, a Comissão aprovou e decidiu submeter à consideração do GMC o Projeto de Resolução Nº 01/17, que dispõe sobre o "Regulamento Interno Regional da Comissão Sociolaboral do Mercosul".

Em relação ao Regulamento Interno das Seções Nacionais da Comissão Sociolaboral, ainda em discussão, as delegações acordaram deliberar sobre a sua revisão na próxima Presidência *Pro Tempore* (PPT).

2. Primeiras Memórias

A Presidência *Pro Tempore* Argentina (PPTA) apresentou suas memórias sobre o artigo 11 (Jornada), tendo em conta o modelo de formulário simplificado, aprovado na última reunião da CSL, realizada no Uruguai, em junho de 2016.

Cada delegação fez um breve relato sobre sua situação atual em relação ao processo de elaboração de suas memórias, notadamente quanto às dificuldades encontradas para o preenchimento do referido formulário.

Restou acordado que as delegações enviarão as memórias dos artigos 11 a 15 da Declaração Sociolaboral (Jornada; descanso, férias e dias feriados; Licenças; Remuneração; e Proteção contra a demissão) até o dia 15 de agosto para a próxima Presidência *Pro Tempore*, que deverá encaminhar o documento consolidado aos demais países.

As delegações governamentais ressaltaram a necessidade de explicar a suas equipes técnicas que o novo formulário visa possibilitar que as memórias se destinem à avaliação do estado de cumprimento da norma e as dificuldades daí decorrentes, impulsionando, assim, a adoção de políticas regionais nesse sentido.

3. Cooperação

A representante do Grupo de Cooperação Internacional (GCI) participou da reunião da Comissão e prestou os esclarecimentos necessários acerca das possibilidades de cooperação nos projetos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito dos órgãos sociolaborais.

Após debates, as partes acordaram que a PPTA remeterá ao GCI os possíveis projetos para financiamento e informará às coordenações nacionais os avanços em relação ao tema.

Uma vez identificados os projetos sujeitos a financiamento, será realizada uma videoconferência para aprovação dos projetos escolhidos.

4. Próxima Reunião

Por fim, registrou-se que a data da próxima reunião será informada oportunamente pela próxima PPT, que ficará a cargo do Brasil.

■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão

Ministério dos Direitos Humanos

Representação Efetiva

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)

Representantes



Titular

Alexandre Sampaio de Abreu

Diretor da CNC



Suplente

Fernando Cesar Thiago de Mello

Advogado

Divisão Jurídica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 5, 6 e 7 de junho de 2017

Logo no início dos trabalhos da 110ª Reunião do CONADE, houve a apresentação dos relatórios das diversas comissões permanentes que o compõem. A CNC participa da Comissão de Comunicação Social (CCS), tendo sido proposto e aprovado que ela deverá apresentar uma matéria de interesse da pessoa com deficiência até o próximo dia 20 de junho. Para tanto, informo que já está marcado com o procurador da República Sidney Madruga, autor do livro *Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos*, a realização de um vídeo de cinco a 10 minutos, a ser colocado posteriormente na página eletrônica do Conade, no qual será abordada a questão das principais demandas referentes à pessoa com deficiência que chegam ao conhecimento da Procuradoria-Geral da República.

No transcurso da 110ª Reunião do Conade, também foram objeto de debate as seguintes questões:

1 - Com a presença de representante da Anatel, foi discutida a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência, em especial aquelas com deficiência auditiva, aos serviços de comunicação. Entre as questões discutidas sobre o tema, foram mencionadas as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual e auditiva para fazer o desbloqueio de cartões de crédito e débito. Nesse sentido, foi sugerido convite às administradoras de cartões de crédito para participarem de reunião futura do Conade;

2 - Também houve debates quanto às dificuldades das pessoas com deficiência na utilização dos aeroportos nacionais. Quanto a esse item, foi proposto um convite para que a Anac envie um representante para participar da próxima reunião, a

fim de que possa tomar ciência dos problemas e apresentar a posição da referida agência;

3 - Foi apresentada minuta de decreto a ser editado tratando da disponibilidade de assentos para pessoas com deficiência em teatros, cinemas, casas de espetáculo, entre outros. Como o assunto é de interesse do empresariado, manifestei na reunião minha reclamação quanto ao fato da pauta da reunião ter sido encaminhada apenas no último dia útil antes de seu início, impedindo-me, assim como a todos os outros, de realizar uma análise mais cuidadosa sobre o tema. Durante as discussões, fui informado pelo senhor Rodrigo, representante da Secretaria dos Direitos Humanos, que a minuta de decreto foi submetida aos empresários do setor, tendo eles participado de suas discussões e de sua formulação. Houve a sugestão de alguns conselheiros de que o futuro decreto deveria estabelecer sanções àqueles que não cumprissem suas determinações. Solicitei a palavra, manifestando meu entendimento de que as sanções deveriam estar previstas na própria lei que o decreto pretende regulamentar e que, não havendo essa previsão, o decreto não poderia impor sanções que não fossem estabelecidas pelo legislador. Dessa forma, e com a oportuna interferência do representante do Ministério Público que lembrou da possibilidade dos prejudicados se valerem da legislação consumerista (Código de Defesa do Consumidor, em especial), consegui evitar a inclusão na minuta de decreto de penalidades aos empresários do setor. Apesar da informação fornecida, conforme mencionei antes, de que o empresariado participou das discussões envolvendo o futuro decreto, tendo em vista não ter tido tempo hábil para analisá-lo, preferi abster-me durante a sua votação pelo plenário do Conselho;

4 - Ainda no terceiro dia de reunião, foram objeto de discussão os instrumentos legais de avaliação para o ingresso da pessoa com deficiência no Benefício de Prestação Continuada (BPC) (art. 203, inciso V, da Constituição da República). O modelo de avaliação foi instituído pelo Decreto nº 6.214/2007, já tendo havido três versões, sendo o último estabelecido nos termos da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 02/2015. Uma das questões suscitadas pelos conselheiros presentes foi a da dificuldade de retorno ao BPC daquele que estava com o benefício suspenso por estar empregado no mercado de trabalho (caso denominado de suspensão especial);

5 - Apesar dos esclarecimentos do secretário de Direitos Humanos, Marcos Pellegrini, foi sugerida e aprovada pelo plenário do Conselho a minuta de ofício para a ministra dos Direitos Humanos, cujo teor solicita a imediata apresentação do Plano de Ação do Conade para o ano de 2017, previsto no Decreto nº 3.298/1999, considerando já estarmos no mês de junho, sem que o plano tenha sido ainda apresentado.

São as sucintas informações sobre os aspectos mais relevantes ocorridos na 110ª Reunião do Conade.

Órgão

Ministério da Saúde (MS)

Representação Efetiva

Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT)

Representante



Titular

Kelly Lima Teixeira

Assessora Técnica da Gênercia de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 2 e 3 de maio de 2017

A reunião foi iniciada a partir dos informes realizados pela assessora técnica da CIRHRT, Teresa, que mencionou sobre:

a memória da reunião de abril, que ainda não foi finalizada e será apresentada ao grupo na próxima reunião (em junho);

a possível necessidade de análise dos cursos de bacharelado em Farmácia pela CIRHRT;

a minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Enfermagem encaminhada para apreciação da CIRHRT, visando à elaboração de uma Resolução e Nota Técnica. Foram indicados membros desta comissão para fazer parte desse grupo de trabalho, a saber: representante da Associação Brasileira de Enfermagem e representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT);

o grupo de trabalho que redigirá parecer acerca do PL 559/2015 ainda não formalizado. Aguardam a definição da composição dos membros do mesmo. Informaram também sobre a possível integração de uma técnica do Ministério da Saúde para acompanhar as reuniões deste grupo.

Pontos de destaque:

Esta comissão tem um posicionamento contrário à oferta de cursos de saúde na modalidade a distância, tecendo diversas críticas ao Decreto nº 5.266/2005 e à Portaria nº 479/MEC, que, segundo discurso do grupo, propiciam a mercantilização da educação em saúde. Solicitam formalizar junto a ConJur/MS propostas para mudanças nos textos desses normativos.